



NOTA DA CÂMARA DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

A Câmara de Assuntos Comunitários (CAC) do Decanato de Assuntos Comunitários (DAC) da UnB, em sua 195 Reunião, realizada em 31 de março de 2020, deliberou por unanimidade, vir a público divulgar a presente nota sobre as enormes dificuldades financeiras que os estudantes inscritos nas ações de assistência estudantil de nossa instituição estão vivenciando. A Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) visa garantir os mínimos sociais e econômicos para fazer frente às vulnerabilidades e riscos sociais que este contingente apresenta e que se aprofundam na situação de emergência em saúde atual.

Chamamos a atenção para que esse não é o momento de pensarmos em contingenciamento orçamentário, mas sim, seguindo o exemplo de vários países democráticos, ampliar as redes de proteção social via gasto público.

O Estado brasileiro tem um compromisso histórico com o combate à desigualdade social, firmado com a sociedade na Constituição Federal de 1988, o que impõe urgentemente flexibilizar as restrições do teto de gastos para Assistência Estudantil das universidades públicas em virtude das emergências materiais de estudantes vulneráveis nesse período.

Para tanto, solicitamos que o MEC, amplie e antecipe recursos para as universidades devido à emergência de saúde da pandemia.

Enfatizamos, adicionalmente, que os cortes ou suspensões de bolsas de mestrado e de doutorado por parte da CAPES e do CNPq dos estudantes dos programas de pós-graduação, onera sobremaneira a política de assistência estudantil, ao colocá-los em situação de vulnerabilidade e risco social. Reputamos como inadmissível esses cortes, em particular nesse momento e solicitamos que sejam garantidos os pagamentos das bolsas.

Reivindicamos, também, o apoio da ANDIFES para fazer gestões junto ao MEC, Congresso Nacional e governos e legislativos estaduais no sentido da ampliação de recursos para Assistência Estudantil de nossos universitários vulneráveis, em particular os estudantes pobres ou que perderam emprego.



Assim, considerando:

1. a grave crise pandêmica mundial da Covid-19;
2. a decretação de isolamento social pelo Governo do DF;
3. a suspensão do calendário acadêmico pelo CEPE UnB, de 23 de março de 2020;
4. a diminuição dos recursos do PNAES da UnB, por parte do Governo Federal, na LOA 2020;
5. o contingenciamento de cerca de 40% do valor dos recursos do PNAES para o corrente ano;
6. o grande número de estudantes em vulnerabilidade social (6 864 assistidos pelo PNAES na UnB) com famílias com renda per capita abaixo de um salário mínimo;
7. o agravamento da crise e a escassez de recursos do/as estudantes para se manterem particularmente em Brasília, afastados involuntariamente de suas famílias;
8. que essa situação de grave necessidade financeira poderá perdurar por dois ou mais meses;

Clamamos aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para garantir recursos básicos para a manutenção de nosso/as estudantes nas instituições Federais de Ensino Superior, já de imediato, destinando recursos adicionais e, em particular, descontingenciado os 40% bloqueados pelo governo federal.

Câmara de Assuntos Comunitários da Universidade de Brasília